

WASHINGTON NOVAES

Novos rumos na agricultura



Qual o sentido da "cautela" do governo em relação aos transgênicos?

É pena que a multiplicidade de eventos (mais de 1.000) no Forum Social Mundial em Porto Alegre tenha contribuído para a pouca ou nenhuma divulgação de muitos dos pronunciamentos que ali aconteceram. E que têm alta importância em vários setores.

No fórum "Agricultura Sustentável", por exemplo, promovido pelo Instituto Socioambiental, o pronunciamento do novo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, incluiu decisões e intenções anunciadas que terão forte repercussão na área. Ele reiterou, entre muitas outras coisas, que a posição do governo federal no caso dos alimentos transgênicos será a adoção do princípio da precaução, que é parte de várias convenções internacionais de que o Brasil é signatário.

Essa postura implica exigir estudo prévio de impacto ambiental, caso por caso, antes de liberar o plantio de qualquer espécie. E estudo das condições brasileiras de solo, clima, níveis de insolação, possibilidade de deriva genética, etc. Então, a liberação não poderá ser com base em estudos feitos em outros países, de condições diferentes – como foi o caso da soja liberada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a partir de estudos feitos nos Estados Unidos e mesmo ali considerados insuficientes por muitos cientistas. Um estudo desse tipo, convém lembrar, costuma exigir anos.

Em decorrência dessa postura, o Ministério do Meio Ambiente vai pedir também que o governo federal se retire da ação que tramita na Justiça em Brasília, e na qual pede a revogação da sentença de um juiz do Tribunal Regional Federal, que considerou indispensáveis o estudo prévio de impacto ambiental e a rotulagem do produ-

to. Nessa ação, a relatora já votou favoravelmente à liberação, mas faltam os votos dos dois outros juízes. E posteriormente a esse primeiro voto sobrevieram uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – que exige o estudo prévio – e a decisão do novo governo federal.

Capobianco lembrou também que a postura de

"cautela" em relação aos transgênicos já foi incorporada expressamente, em várias manifestações, pelo ministro da Agricultura. E o novo presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, reforçou essa intenção – além de anunciar que a Embrapa terá como uma de suas prioridades as pesquisas na agricultura orgânica e suas relações com a agricultura familiar.

Esses novos rumos são parte de uma proposta que Capobianco chamou de "multifuncionalidade do espaço rural". Algo, ao que tudo indica, na direção do que o prof. Ignacy Sachs, da Escola Superior de Estudos Brasileiros em Paris, tem sintetizado ao dizer que "o rural não é apenas agricultura e agricultura não é apenas cultura de grãos". O espaço rural,

tem lembrado ele, comporta muitas possibilidades – além das agrícolas, de transformação de matérias-primas, de verticalização (industrialização), turismo rural (em franco crescimento), espaços para assistência a idosos (que teriam muito melhor qualidade de vida que nos espaços urbanos tumultuados).

As novas posturas do governo federal – que tentam nesse caso implantar a "transversalidade" que o Ministério do Meio Ambiente não conseguiu no governo anterior: era voz isolada na administração federal – acontecem num momento em que a ambigüidade anterior começa a gerar custos indesejáveis.

Com enorme dificuldade e embaraços se conseguiu, por exemplo, que a China aceite que o governo brasileiro faça (até setembro próximo) uma certificação provisória dos grãos que exporta para aquele país – e que podem ter mistura com transgênicos, seja por causa de plantações clandestinas no País, seja pela mistura com grãos argentinos (transgênicos) nas cargas comuns em porões de navios. A China compra tanto transgênicos como alimentos não modificados. Mas exige certificação absoluta (é isto ou aquilo, sem mistura). E o Brasil, embora tenha tido anos para isso e não tenham faltado advertências, não implantou um sistema de certificação, que é e será cada vez mais indis-

pensável (muitos países não querem transgênicos e exigem certificação).

É possível, até provável – como mostraram as discussões em Porto Alegre sobre a sustentabilidade da agricultura –, que se chegue a uma revisão dos custos do modelo agropecuário brasileiro. Principalmente por causa da discussão – tantas vezes já mencionada neste espaço – sobre os custos embutidos nas exportações desse tipo de produtos primários, como a erosão do solo, a degradação de bacias hidrográficas, as perdas de água no desmatamento e na irrigação (e suas consequências), o êxodo rural (e os enormes custos que gera na expansão urbana desordenada), entre outros. Custos que não são considerados na formação de preços pelos países importadores. São absorvidos aqui.

Segundo anunciou em Porto Alegre o novo secretário, a nova postura implicará até propor a transformação do Ministério até aqui apenas agrícola em Ministério da Agricultura e do Consumidor – o que também implicará transformações na área.

Não se trata de posturas contra a agricultura ou a agropecuária, nem mesmo contra os transgênicos (se os estudos mostrarem sua conveniência), lembrou o secretário. Ninguém pode ser contra o setor, indispensável para a sociedade, com enorme peso na economia do País (uns 40% do PIB, afirma-se). Trata-se de rediscutir muitos ângulos, de reforçar a sustentabilidade do setor, no momento em que relatórios internacionais mostram que estamos consumindo no mundo mais do que a nossa biosfera consegue repor. Os padrões de produção e consumo no mundo – não apenas nesta área – são insustentáveis, como se discutiu por exemplo na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul. Estamos caminhando para tempos muito difíceis e para o sacrifício dos direitos e das possibilidades das futuras gerações.

